

IX COLÓQUIO DOUTORAL

16 - 18 MAIO 2023

Aud. B2.03 & Aud. J.J. Laginha
Iscte

PROGRAMAS DOUTORAIS

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

HISTÓRIA, ESTUDOS DE SEGURANÇA E DEFESA

POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

SERVIÇO SOCIAL

SOCIOLOGIA

cies _iscte

Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

cei _iscte

Centro de Estudos
Internacionais

IX COLÓQUIO DOUTORAL

16 MAIO Aud. J.J. Laginha

14:15 ABERTURA

Maria João Vaz
Subdiretora ESPP

Teresa Patrício
Diretora CIES-Iscte

Ana Mónica Fonseca
Diretora CEI-Iscte

SERVIÇO SOCIAL

14:30 PAINEL 1

Moderação: **Maria João Pena**

Nívia Barreto dos Anjos
A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais: A realidade de Portugal

Daniela Oliveira Duarte Freitas
Intervenção Comunitária e Sustentabilidade

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

16:30 PAINEL 1

Moderação: **Gustavo Cardoso**

Comentário: Guya Accornero e Joana Azevedo

Ricardo Braga Silva
CINEMEDIATION: Explorando o potencial do cinema como ferramenta de prevenção e mediação de conflitos em contextos escolares

Pedro M. Coelho Moço
O impacto da cor e das emoções na avaliação da mensagem política

Laara Carneiro Hügel
A terra nas campanhas presidenciais no Brasil – de Rouseff a Bolsonaro

Cledivânia Pereira Alves
Distribuição de Notícias: Fluxos, Infovias e Algoritmos

18:30 PAINEL 2

Moderação: **Gustavo Cardoso**

Comentário: Cláudia Álvares e Rúben Neves

Emanuel Alípio de Araújo
A influência da mediatização das igrejas evangélicas brasileiras na contemporaneidade: estudo de caso da Igreja Universal do Reino de Deus

Francisco Garcia
Comunicação Pública de Risco em Saúde Dirigida aos Seniores no Âmbito da COVID-19: O Caso do Concelho de Cascais

Filipa Margarida Matos
Práticas mediáticas e cultura participativa. Uma intervenção de educação para a cidadania digital no ensino básico

17 MAIO Aud. B203

POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

14:30 PAINEL 1

Moderação: **João Sebastião**

Bruno César Pereira Ferreira
Implementação de políticas educativas para a transição digital

Lino Uhengue
Liderança, Ensino e Aprendizagem em Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário em Benguela

Francisco José Lázaro
Avaliação das Instituições de Ensino Superior em Angola: das propostas legislativas às práticas em curso

16:30 PAINEL 2

Moderação: **Susana da Cruz Martins**

João Daniel Fonseca Faustino
Parcerias Público-privado na Educação em Portugal

Ana Gil
Liderança de Escola, Práticas Pedagógicas e Resultados Escolares – Retrato de um Agrupamento Português

Cândido Fernandes
Cursos Artísticos Especializados: harmonia percebida sobre matrizes curriculares-base

POLÍTICAS PÚBLICAS

18:30 PAINEL 1

Moderação: **Tiago Fernandes**

Francisco Armando Bilima Té
A Instabilidade Política na Guiné-Bissau e as Políticas Educativas de Acesso à Escolaridade Obrigatória, 1980-2015

Anabela Rodrigues Alves
Políticas Públicas de Capacitação: O Caso do Programa de Bolsas de Estudo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, em Timor-Leste

Elisabete da Conceição Martins Fialho
Avaliação de estilos de liderança na Administração Pública portuguesa: Contributos para a definição de políticas públicas de recrutamento e de desenvolvimento de líderes.

Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa
Instrumentos de avaliação da implementação das políticas públicas de segurança e saúde no trabalho em Portugal

18 MAIO Aud. B203

SOCIOLOGIA

11:30 PAINEL 1

Moderação: **Patrícia Ávila**

Bruno Baptista
A constituição de um mundo da arte do jazz em Portugal: preâmbulos e contexto contemporâneo

Telma Talina Mendes
Música digitalmente mediada: novas formas de consumo e divisões sociais

Andreia Nunes
Contando o Género... Desafios de um olhar sociológico e de género sobre a literatura infantil contemporânea

Mariana Oliveira Martins
Planos Locais de Leitura e Ecossistemas do Livro

14:30 PAINEL 2

Moderação: **Maria das Dores Guerreiro**

Sara Franco da Silva
Monitorizar o trabalho digno e as desigualdades sociais na União Europeia

Jéssica Chainho Pereira
Associativismo e desenvolvimento local: o lugar do associativismo popular português

João Henriques
Coesão Social na União Europeia e Desigualdades Sociais

Inês Filipa General Trindade
Representações sociais sobre o nascimento: o parto no domicílio – alguns resultados preliminares

Carlos Santana
Os clubes desportivos e a integração social dos jovens: o caso do andebol

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA & HISTÓRIA, ESTUDOS DE SEGURANÇA E DEFESA

17:00 PAINEL 1

Moderação: **Maria João Vaz**

Rosa Ana Pato
Que importância teve o 25 de abril de 1974 e a respetiva democratização em Portugal para as relações luso-brasileiras?

João Fortes Rocha
A primeira vereação republicana em Lisboa e os seus impactos na mudança de regime português (1908-1910)

Maria Manuela de Sousa Barbas
O Movimento das Mulheres Socialistas (1979-1986)

Bruno Filipe de Brito
Uma Banda da Lezíria Ribatejana: A Filarmónica de Azambuja

Carlos Coutinho Rodrigues
Como é que a monarquia portuguesa reagiu a crises que ameaçaram a sua independência e soberania? Uma teoria da Crise aplicada a casos da História de Portugal

cies_iscte
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

cei_iscte
Centro de Estudos Internacionais

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
CENTROS DE INVESTIGAÇÃO DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	7
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)	
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)	
Doutoramento em Ciências da Comunicação	9
Painel 1	
<i>Ricardo Braga Silva</i>	
CINEMEDIATION: Explorando o potencial do cinema como ferramenta de prevenção e mediação de conflitos em contextos escolares.....	10
<i>Pedro M. Coelho Moço</i>	
O impacto da cor e das emoções na avaliação da mensagem política	11
<i>Laara Carneiro Hügel</i>	
A terra nas campanhas presidenciais no Brasil – de Rousseff a Bolsonaro.....	12
<i>Cledivânia Pereira Alves</i>	
Distribuição de Notícias: Fluxos, Infovias e Algoritmos.....	13
Painel 2	
<i>Emanuel Alírio de Araújo</i>	
A influência da mediatização das igrejas evangélicas brasileiras na contemporaneidade: estudo de caso da Igreja Universal do Reino de Deus	15
<i>Francisco Garcia</i>	
Comunicação Pública de Risco em Saúde Dirigida aos Seniores no Âmbito da COVID-19: O Caso do Concelho de Cascais.....	16
<i>Filipa Margarida Matos</i>	
Práticas mediáticas e cultura participativa. Uma intervenção de educação para a cidadania digital no ensino básico.	17
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea e Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa	19
Painel 1	
<i>Rosa Ana Pato</i>	
Que importância teve o 25 de abril de 1974 e a respetiva democratização em Portugal para as relações luso-brasileiras?	20
<i>João Fortes Rocha</i>	
A primeira vereação republicana em Lisboa e os seus impactos na mudança de regime português (1908-1910).....	21
<i>Maria Manuela de Sousa Barbas</i>	
O Movimento das Mulheres Socialistas (1979-1986).....	22
<i>Bruno Filipe de Brito</i>	
Uma Banda da Lezíria Ribatejana: A Filarmónica de Azambuja	23

Carlos Coutinho Rodrigues

Como é que a monarquia portuguesa reagiu a crises que ameaçaram a sua independência e soberania? Uma teoria da Crise aplicada a casos da História de Portugal..... 24

Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar 25

Painel 1

Bruno César Pereira Ferreira

Implementação de políticas educativas para a transição digital..... 26

Lino Uhengue

Liderança, Ensino e Aprendizagem em Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário em Benguela 27

Francisco José Lázaro

Avaliação das Instituições de Ensino Superior em Angola: das propostas legislativas às práticas em curso 28

Painel 2

João Daniel Fonseca Faustino

Parcerias Público-privado na Educação em Portugal 30

Ana Gil

Liderança de Escola, Práticas Pedagógicas e Resultados Escolares – Retrato de um Agrupamento Português 31

Cândido Fernandes

Cursos Artísticos Especializados: harmonia percebida sobre matrizes curriculares-base 32

Doutoramento em Políticas Públicas 33

Painel 1

Francisco Armando Bilima Té

A Instabilidade Política na Guiné-Bissau e as Políticas Educativas de Acesso à Escolaridade Obrigatória, 1980-2015 34

Anabela Rodrigues Alves

Políticas Públicas de Capacitação: O Caso do Programa de Bolsas de Estudo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, em Timor-Leste..... 35

Elisabete da Conceição Martins Fialho

Avaliação de estilos de liderança na Administração Pública portuguesa: Contributos para a definição de políticas públicas de recrutamento e de desenvolvimento de líderes. 36

Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa

Instrumentos de avaliação da implementação das políticas públicas de segurança e saúde no trabalho em Portugal..... 38

Doutoramento em Serviço Social 39

Painel 1

Nívia Barreto dos Anjos

Título da comunicação: A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais: A realidade de Portugal 40

Daniela Oliveira Duarte Freitas

Intervenção Comunitária e Sustentabilidade 41

Doutoramento em Sociologia	42
Painel 1	
<i>Bruno Baptista</i>	
A constituição de um mundo da arte do jazz em Portugal: preâmbulos e contexto contemporâneo	43
<i>Telma Talina Mendes</i>	
Música digitalmente mediada: novas formas de consumo e divisões sociais.....	44
<i>Andreia Nunes</i>	
Contando o Género... Desafios de um olhar sociológico e de género sobre a literatura infantil contemporânea	45
<i>Mariana Oliveira Martins</i>	
Planos Locais de Leitura e Ecossistemas do Livro.....	46
Painel 2	
<i>Sara Franco da Silva</i>	
Monitorizar o trabalho digno e as desigualdades sociais na União Europeia	48
<i>Jéssica Chainho Pereira</i>	
Associativismo e desenvolvimento local: o lugar do associativismo popular português.....	49
<i>João Henriques</i>	
Coesão Social na União Europeia e Desigualdades Sociais	50
<i>Inês Filipa General Trindade</i>	
Representações sociais sobre o nascimento: o parto no domicílio – alguns resultados preliminares	51
<i>Carlos Santana</i>	
Os clubes desportivos e a integração social dos jovens: o caso do andebol.....	52

APRESENTAÇÃO

O Colóquio Doutoral da Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP) é uma iniciativa que se realiza desde 2013, em que são publicamente apresentadas e discutidas pesquisas em curso no âmbito dos programas doutorais coordenados pelos dois centros de investigação da Escola, o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) e o Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte).

Na edição de 2023 participam no colóquio mais de três dezenas de doutorandos/as, bem como investigadores/as e docentes dos doutoramentos em Ciências da Comunicação, História Moderna e Contemporânea, História, Estudos de Segurança e Defesa, Políticas Públicas, Políticas de Administração e Gestão Escolar, Serviço Social e Sociologia.

O colóquio tem como objetivo dar a conhecer à comunidade académica a investigação em curso nestes programas, bem como promover o debate público alargado sobre problemas, métodos e resultados. Pretende-se, assim, contribuir para a disseminação do trabalho desenvolvido nos programas doutorais e também promover um maior envolvimento dos/as doutorandos/as na comunidade académica, apoiando-os no desenvolvimento das suas teses.

Fazemos votos para que este colóquio cumpra os seus objetivos e constitua para todos/as os/as participantes um momento estimulante e enriquecedor.

Helena Carvalho
Diretora da ESPP

Maria Teresa Patrício
Diretora do CIES-Iscte

Ana Mónica Fonseca
Diretora do CEI-Iscte

CENTROS DE INVESTIGAÇÃO DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Constituído em 1985, o [Centro de Investigação e Estudos de Sociologia](#) (CIES-Iscte) do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa é uma unidade de I&D na área das ciências sociais, acreditada pela FCT e vocacionada para estudar os problemas sociais contemporâneos a partir de perspetivas multidisciplinares. O CIES-Iscte tem como principal domínio científico a sociologia e desenvolve atividade relevante nos domínios das políticas públicas, da ciência política, das ciências da comunicação, da história moderna e contemporânea e do serviço social.

A atividade do CIES-Iscte caracteriza-se por uma exigente articulação entre a investigação fundamental e a investigação orientada para a conceção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas nos mais variados setores e áreas de intervenção. O CIES-Iscte organiza-se em Grupos de Investigação no quadro dos quais se desenvolvem projetos de investigação financiados através de concursos públicos com avaliação científica, assim como projetos de investigação aplicada e atividades de transferência de conhecimento, a partir das bases de competências científicas consolidadas. O centro está envolvido em numerosos projetos promovidos por agências ou fundações, nacionais e europeias, programas de investigação e redes de cooperação científica internacionais.

O CIES-Iscte assegura a coordenação científica e administrativa dos doutoramentos em Ciência Política, Ciências da Comunicação, História Moderna e Contemporânea, Políticas de Administração e Gestão Escolar, Políticas Públicas, Serviço Social e Sociologia, estando ainda associado a outros quatro programas doutorais.

O CIES-Iscte contribui ativamente para a formação avançada de recursos humanos em I&D, proporcionando a participação de estudantes de pós-graduação em projetos de investigação fundamental e aplicada, acolhendo regularmente um número elevado de bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento.

No campo da divulgação científica o centro possui uma atividade editorial consolidada, publicando a revista [Sociologia, Problemas e Práticas](#) e diversas coleções de livros através da editora [Mundos Sociais](#).

Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

O [Centro de Estudos Internacionais \(CEI-Iscte\)](#) do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa tem como missão principal promover a investigação, o pensamento e a intervenção sobre um conjunto de fenómenos sociais, políticos e económicos complexos que ultrapassam as barreiras nacionais e internacionais. O CEI-Iscte está comprometido na produção de investigação de excelência abordando os maiores desenvolvimentos internacionais, e desafios societais, do século XXI, assim como as consequências da globalização.

O CEI-Iscte aderiu a algumas das redes de investigação internacionais em Estudos Internacionais, e articula muitas das suas atividades não só com os programas de mestrado e doutoramento do Iscte, como também com a sociedade civil e instituições públicas, promovendo assim a disseminação da investigação ao público em geral e o envolvimento do mesmo em debates de temas prementes da nossa sociedade.

O CEI-Iscte organiza-se numa base matricial, constituída por quatro linhas regionais – África, Ásia & MONA, América Latina & Caribe, e Europa & Relações Transatlânticas – interligadas por três grupos de investigação: Instituições, Governação e Relações Internacionais; Desafios Societais e do Desenvolvimento; e Economia e Globalização.

Integrando um conjunto diversificado de investigadores, o CEI-Iscte encontra-se ligado de forma estreita a diversos programas de ensino da ESPP, como os Doutoramentos em Estudos Africanos, História, Estudos de Segurança e Defesa e o recém-criado Doutoramento em Estudos Internacionais.

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Painel 1

Ricardo Braga Silva

CINEMEDIATION: Explorando o potencial do cinema como ferramenta de prevenção e mediação de conflitos em contextos escolares

Orientação: Paulo Miguel Martins (Iscte) e Gustavo Cardoso (Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Esta comunicação realça a importância do cinema no domínio das Ciências da Comunicação, destacando-o como um meio com linguagem singular que recorre ao som e à imagem para veicular mensagens eficazes e suscitar emoções com forte impacto no público. Deste modo, a presente comunicação aborda o conceito de "CINEMEDIATION", analisando o potencial do cinema como ferramenta para a prevenção e mediação de conflitos em contextos escolares. A primeira questão de investigação analisa se a visualização de filmes em dispositivos pessoais, como PC, tablet ou smartphone, resulta num impacto menos significativo em comparação com a experiência cinematográfica tradicional. A análise visa determinar a influência do ambiente de exibição e do tamanho da tela na perceção e concentração dos espectadores. A segunda questão explora a capacidade dos filmes em instigar processos de autoconhecimento nos jovens. A investigação avalia o papel do cinema na promoção da autorreflexão e no desenvolvimento emocional e cognitivo dos alunos, contribuindo para a prevenção de conflitos e para o seu bem-estar geral. Por fim, a terceira questão aborda a viabilidade do cinema como ferramenta de mediação de conflitos em ambientes escolares, independentemente do meio utilizado. A pesquisa analisa a eficácia da linguagem cinematográfica na resolução de conflitos e a sua real aplicabilidade nas escolas. A investigação contribui para a elaboração de práticas inovadoras direcionadas a docentes e psicólogos escolares, salientando a importância do cinema como recurso eficiente no atual contexto educativo. Os resultados preliminares desta investigação serão apresentados neste colóquio doutoral.

Pedro M. Coelho Moço

O impacto da cor e das emoções na avaliação da mensagem política

Orientação: Cláudia Álvares (Iscte) e Filipe Montargil (ESCS)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Esta investigação continua a dissertação de mestrado “A utilização da cor em ampanhas políticas: O caso das Eleições Autárquicas de 2017 no Montijo” cujo estudo incidiu sobre a alteração cromática dos materiais gráficos dos partidos PS e PSD. Obtiveram-se indicadores relevantes sobre a cor e sua aplicação, mas percebeu-se que é um elemento subvalorizado nas Ciências da Comunicação e da necessidade de aprofundar conhecimento neste campo.

Procura-se perceber a influência da cor no despoletar de emoções e valores políticos e a consequente influência que pode ter na análise da mensagem política. Afirma-se que a mensagem política quando apresentada em conjunto com a cor, evoca emoções no eleitor que a interpreta de acordo com o seu perfil sociodemográfico.

De modo a fortificar a literatura em Portugal, realizar-se-ão entrevistas exploratórias a profissionais de campanha política. Este trabalho contribui ainda para criar um arquivo colaborativo de materiais gráficos políticos e as hipóteses serão testadas através de metodologia mista com recurso a uma plataforma online e inclusiva.

Laara Carneiro Húgel

A terra nas campanhas presidenciais no Brasil – de Rousseff a Bolsonaro

Orientação: Cláudia Álvares (Iscte) e Guya Accornero (Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A realidade agrária brasileira se apresenta, ao longo da história do país, enquanto cenário de conflitos e disputas de poder (Fernandes, 1999) que compreende diferentes modos de vida e de produção agrícola e exige, de uma pluralidade de povos, a resistência frente a projetos político-económicos que buscam, em última instância, a sua homogeneização (Almeida, 2016). A pesquisa aqui apresentada analisa os discursos sobre a terra nos projetos que obtiveram sucesso eleitoral nas disputas presidenciais de 2010, 2014 e 2018 no Brasil – os discursos de campanha, portanto, de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro em debates televisivos e nas suas contas oficiais do Twitter. Tratando-se de discursos mediados por diferentes tecnologias da comunicação, a análise realizada adota e discute a ideia de mediação como um processo tanto tecnológico quanto social (Canclini, 1989; Livingstone, 2004; Couldry, 2008) e, portanto, também dialético e desigual (Silverstone, 2002). A partir da base teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (Van Dijk, 2001), buscou-se, então, compreender 1) quais e como os atores sociais são explicitados ou ocultados em seus discursos (Van Leeuwen, 2008); 2) quais os modos gramaticais que prevalecem nestes discursos e a sua relação com o estilo empregado (Fairclough, 2003), observando os recursos e atribuições de sentido de ambos os media sob análise; para, por fim, entender os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) que se encontram presentes nos discursos analisados, identificando, assim, os projetos político-económicos privilegiados em cada uma destas campanhas.

Cledivânia Pereira Alves

Distribuição de Notícias: Fluxos, Inforvias e Algoritmos

Orientação: Tiago Lapa da Silva (Iscte) e Cláudia Álvares (Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Passadas mais de duas décadas do início da revolução digital provocada pela popularização crescente e cada dia mais acelerada da internet a partir das novas mídias digitais, podemos questionar se essa busca da relevância tem mesmo como centro uma nova linguagem. Pode-se dizer que o viés ético do fazer jornalismo - e que caracteriza a profissão - não foi alterado na migração da atividade entre as plataformas on-line e off-line. As mudanças ocorreram - e estão ocorrendo - nas técnicas empregadas para colher, produzir e distribuir informações.

Parte da pesquisa a ser apresentada tem como hipótese principal que a centralidade da conquista de relevância do jornalismo on-line está na formação de redes de distribuição digitais e adaptação das rotinas de trabalho para as características de espaço, velocidade e temporalidade de circulação de informações nessas estruturas e que as empresas que atuam nas duas plataformas (on-line e off-line) não utilizam com toda potencialidade as novas TICs para distribuir o conteúdo produzido e, assim, conquistar espaço e relevância, na plataforma digital.

Diante deste cenário de constante e acelerada mutação, o estudo está investigando como as empresas de produção de conteúdo jornalístico de Portugal usam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para criar redes digitais e, assim, distribuir e/ou facilitar o acesso do público ao conteúdo produzido pela redação, quais as estratégias usadas para que o conteúdo tenha um maior alcance (ou seja, chegue a mais pessoas) e como estruturam as equipes responsáveis por essa nova função dentro das redações. Neste momento, há dados sobre três jornais diários (Correio da Manhã | Jornal de Notícias | Público), cujas análises iniciais serão apresentadas nesta edição do Colóquio Doutoral 2022/2023 da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Painel 2

Emanuel Alírio de Araújo

A influência da mediatização das igrejas evangélicas brasileiras na contemporaneidade: estudo de caso da Igreja Universal do Reino de Deus

Orientação: Gustavo Cardoso (Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Comunicação e religião estão conectados desde o seu nascedouro. É impossível a transmissão dos dogmas religiosos sem o instrumento comunicacional.

Essa mediatização passou por três momentos na história, segundo (Soster, 2013, p. 1-2) vive-se a terceira descontinuidade da relevância editorial, a invenção da rotativa, (1850), foi a primeira, a informatização, (1970), a segunda e a mediatização sóciotecnológica a terceira.

Nunca a sociedade esteve tão conectada, nunca a sociedade foi tão adaptável, nunca a sociedade se mostrou tanto ao outro, nunca a sociedade esteve tanto tempo só. (Sodre, 2002), fala do “ethos midiático”, a espetacularização do eu e do outro. Para (Barbero, 1995, p. 7) as novas tecnologias é o reencantamento descoberto pelos “protestantes”. (Casanova, 1994, p. 6) falar da “desprivatização da religião”.

Todo esse aparato mediático necessita de um aporte financeiro, e as novas tecnologias potencializam à arrecadação. Denominações começam raciocinar como o mercado, incentivando uma cultura do consumo e diminuindo a legitimidade da instituição.

A quarta onda do evangelho, para alguns é o fenômeno dos ‘desigrejados’, para outros as microigrejas (Martins & Nascimento, 2018).

A pesquisa busca entender o fenômeno das novas lideranças através da tríade que levaram a Reforma Protestante: política, econômica e teológica.

Nesta situação, foi utilizado a Análise em Componentes Principais (ACP) que apresentou como se posiciona cada ator nesse cenário dinâmico e passivo de constantes alternâncias. A ‘Quarta Onda do Evangelho’, aqui apresentada como o ‘pós-pentecostalismo’, retrata a Igreja Universal do Reino de Deus como referência no assunto. Portugal será o fruto mais aprofundado do estudo.

Francisco Garcia

Comunicação Pública de Risco em Saúde Dirigida aos Seniores no Âmbito da COVID-19: O Caso do Concelho de Cascais

Orientação: Rita Espanha (Iscte) e Sibila Marques (Iscte)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A presente comunicação pretende apresentar os resultados e reflexões de um dos capítulos integrantes desta investigação, nomeadamente, aquele que diz respeito ao trajeto de investigação e à análise do material de comunicação produzido pelo departamento de comunicação da Câmara Municipal de Cascais durante os primeiros dois anos da pandemia da Covid-19.

Ao todo foram recolhidos, analisados e categorizados 967 materiais de comunicação produzidos pela autarquia de Cascais, que foram difundidos através de diferentes canais de comunicação oficiais. Assim, para esta análise selecionaram-se os seguintes: dois websites oficiais da Câmara de Cascais criados durante a pandemia; Canal de YouTube; página de Facebook; Jornal do município; Designs divulgados e produzidos durante o período pandémico; Cartazes de rua expostos.

A análise destes materiais foca-se em elementos como: o tipo de discurso utilizado; o tema abordado nos conteúdos; avaliação do grau de acessibilidade e facilidade na compreensão das mensagens transmitidas; cromatismo, grafismo e músicas utilizadas; presença de figuras mediáticas.

Pretende-se, deste modo, compreender se o tipo de comunicação levado a cabo pela autarquia de Cascais teve, ou não, em conta as necessidades das populações vulneráveis, nomeadamente, as dos seniores, ou se, por outro lado, a comunicação feita durante o período pandémico foi efetuada de modo mais generalista e disperso, dirigindo-se a todos os segmentos da população.

Por fim, pretende-se ainda sinalizar se o tipo de comunicação feito por esta autarquia foi ao encontro da promoção da saúde e da adoção de comportamentos preventivos por parte da população, em particular da população mais velha.

Filipa Margarida Matos

Práticas mediáticas e cultura participativa. Uma intervenção de educação para a cidadania digital no ensino básico.

Orientação: Tiago Lapa da Silva (Iscte) e Vítor Tomé (UAL)
Doutoramento em Ciências da Comunicação
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A chegada das escolas ao mundo digital, em plena pandemia, possibilitou o debate sobre a preparação dos nossos sistemas educativos escolares para enfrentar a mudança, a necessidade de infraestruturas e competências educativas digitais e a necessidade de convergência entre educação formal, informal e não formal, bem como oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

O fosso digital foi evidente, expondo desigualdades individuais, locais, nacionais, sociais e culturais, no acesso de alunos, professores e famílias aos ecossistemas digitais (equipamentos, conectividade, apoio tecnológico), e também nas suas competências digitais (no que diz respeito à segurança, literacia de informação, proteção de dados, resolução de problemas, ferramentas de comunicação, colaboração e criação de conteúdos digitais), competências mais necessárias do que nunca para uma plena participação cívica. Este impacto no trabalho de professores, alunos e encarregados de educação, expôs a urgência de uma intervenção educativa que inclua uma educação digital que promova um apoio equitativo a todos os alunos, idades e comunidades, respeitando as suas diferentes origens sociais e culturais, fomentando a plena participação de todos.

Cruzando as lições aprendidas durante a pandemia de Covid-19, tendo em mente a investigação de doutoramento em Educação para a Cidadania Digital com o objetivo de contribuir para as prioridades do Espaço Europeu da Educação, aqui se baseia a base para a nossa futura intervenção escolar com os objetivos de:

1. Estabelecer a base de um estudo de caso baseado numa intervenção **escolar** de ***cidadania digital que reforce os valores comuns da UE***.
2. Conceber uma intervenção educativa baseada no conhecimento do **Espaço Europeu** da Educação, das oportunidades **Erasmus+**, do Plano de Ação para a **Educação Digital** e do Plano de Ação para a **Democracia Europeia**, bem como de diferentes **recomendações, quadros e orientações**.

3. Mapear o campo das práticas e projetos de Educação para a **Cidadania Digital**.
4. **Criar futuros conteúdos cruzados** para **pedagogias inovadoras** (na Educação Digital, na Educação para a Cidadania e na Sensibilização para os Valores da UE)
5. Materializar uma colaboração entre decisores políticos, profissionais e investigadores académicos através de uma **investigação de impacto estratégico** (medição dos efeitos a curto e longo prazo).
6. Criar uma intervenção escolar que possa ser **replicada** em diferentes países.

Uma intervenção de cidadania digital pode ter impacto na competência digital dos alunos e numa participação cívica democrática?

**Doutoramento em História Moderna e Contemporânea e
Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa**

Painel 1

Rosa Pato

Que importância teve o 25 de abril de 1974 e a respetiva democratização em Portugal para as relações luso-brasileiras?

Orientação: Ana Mónica Fonseca Iscte)
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Esta comunicação é baseada na Tese de Doutoramento intitulada “Entre a ditadura no Brasil e a democracia em Portugal: As relações culturais luso-brasileiras entre 1964 e 1985”, que se encontra em desenvolvimento. A comunicação tem como título uma questão até agora não respondida pela historiografia: “Que importância teve o 25 de abril de 1974 e a respetiva democratização em Portugal para as relações luso-brasileiras?” e, desta forma, pretendemos, abrir a discussão sobre como o 25 de abril de 1974 em Portugal foi percebido pelo regime brasileiro e de que forma o poderá ter impactado. Baseando-nos em documentação recolhida em arquivos portugueses e brasileiros, tentaremos refletir sobre a razão pela qual o Brasil, a 27 de abril de 1974, sob a alçada do Presidente Ernesto Geisel, foi o primeiro país a reconhecer o “novo governo português”.

João Fortes Rocha

A primeira vereação republicana em Lisboa e os seus impactos na mudança de regime português (1908-1910).

Orientação: Maria João Vaz (Iscte)
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O ano de 1908 marcou a vida política e social da cidade de Lisboa e de Portugal, com um conjunto de acontecimentos que culminaram numa inédita vitória do Partido Republicano Português nas eleições municipais de 1 de novembro e nas eleições de 29 de novembro para as juntas de paróquia, em que a maioria das secções de voto foram conquistadas pelos republicanos em Lisboa.

O objetivo da tese é aferir como a vitória republicana na edilidade lisboeta influenciou a mudança de regime político em Portugal, especialmente com a organização do 1º Congresso Municipalista Português, na capital portuguesa, em abril de 1909. O caminho até 5 de outubro de 1910, foi significativamente marcado por tensões discursivas entre os autarcas lisboetas e o governo central monárquico.

Neste sentido, pretendo com esta comunicação apresentar os resultados das pesquisas que tenho realizado ao longo do programa de doutoramento, nomeadamente, o contacto direto com as fontes primárias e a análise dos estudos com que tenho trabalhado.

Maria Manuela de Sousa Barbas

O Movimento das Mulheres Socialistas (1979-1986)

Orientação: Maria Luísa Tiago Oliveira (Iscte)
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A constituição do Movimento das Mulheres Socialistas (MMS) foi aprovada no III Congresso Nacional do PS, em 1979. O MMS desenvolveu a sua ação até 1986, coeva com a liderança partidária de Mário Soares e até ao ano em que este foi eleito para o seu primeiro mandato como Presidente da República.

O estudo da estrutura de mulheres socialistas enquadra-se numa tese mais vasta sobre as Mulheres Socialistas portuguesas, a qual aborda as questões da luta pela igualdade de direitos, desde o início do século passado, passando pelo Estado Novo, mas com maior foco no Portugal Democrático.

Na comunicação que aqui se propõe, pretende-se dar a conhecer a discussão em torno da sua criação e refletir se a mesma resultou de uma necessidade do Partido, com a conseqüente instrumentalização/fidelização das socialistas, ou/e se foi um meio usado pelas próprias para concretizar a sua agenda.

Considera-se que conhecer os objetivos, ações e lideranças do MMS permite abordar a história e o olhar do PS sobre a metade do eleitorado, enquanto Partido que se assume como charneira, num período em que teve de lidar com governos de iniciativa presidencial e com o facto de estar na oposição, antes de chegar novamente ao poder, em 1983.

Bruno Filipe de Brito

Uma Banda da Lezíria Ribatejana: A Filarmónica de Azambuja

Orientação: Maria Luísa Tiago Oliveira
Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

As bandas filarmónicas constituem agentes de grande importância na história social e musical, não só como ocupação de tempos livres, mas também como reflexos da comunidade em que se insere e, por consequência, do país, transparecendo a situação social e política num determinado momento. No entanto, os esforços para preservar os documentos destas bandas têm sido, ao longo da sua existência, deficitários, o que levou à perda de muita informação. Os historiais das bandas, elaborados através de testemunhos de antigos músicos, apresentam lacunas e incoerências nas informações, o que conduz a um conhecimento insuficiente e errado sobre a história da filarmónica, da comunidade em que se insere e do panorama social e político nacional.

Surgida no âmbito da tese de doutoramento intitulada “Atividades Filarmónicas na Lezíria Ribatejana: 1945-1990”, esta comunicação apresenta o historial da banda filarmónica de Azambuja, um dos objetos de estudo da investigação, desde o início da atividade filarmónica em Azambuja, em 1861, até à década de 1990. Resultado de uma análise historiográfica no arquivo do Centro Cultural Azambujense e no centro de documentação do Museu Municipal de Azambuja – Sebastião Mateus Arenque, este estudo veio colmatar lacunas existentes pela falta de documentação e esclarecer datas de atividade da banda, contribuindo para a história local, mas também para a história da prática filarmónica em Portugal.

Carlos Coutinho Rodrigues

Como é que a monarquia portuguesa reagiu a crises que ameaçaram a sua independência e soberania? Uma teoria da Crise aplicada a casos da História de Portugal

Orientação: Bruno Cardoso Reis (Iscte)
Doutoramento em História, Estudos de Segurança e Defesa
Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte)

Propomo-nos apresentar, na comunicação ao Colóquio Doutoral 2022/2023 da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, o tema de investigação e tese em curso no âmbito do DHESD, que se insere nos Estudos de Segurança, com uma forte dimensão histórica, como modelo, procurando reunir um conjunto de conceitos numa teoria geral integrada da Crise para definir e explicar a resposta da monarquia portuguesa a crises que ameaçaram a sua independência e soberania em três momentos da história de Portugal: - a Crise de 1383 – 1385, no período medieval; - a Crise 1578 – 1580, no período moderno; - Crise 1807 – 1811, no período contemporâneo. O tratamento do tema subordina-se à premissa de que não há nada mais relevante para uma comunidade política que a sua sobrevivência e autonomia. Tudo o resto decorre daí.

Exporemos o tema em relação com a perspetiva dos Estudos de Segurança, justificando a abrangência do objetivo, ao tratar um período alongado no tempo incluindo três crises em três épocas distintas – idade média, idade moderna e idade contemporânea – com diferentes momentos e contextos. Sendo tratadas conjunturas históricas compreendendo atores e instrumentos atuando nas diferentes vertentes estratégicas: - política, militar, psicológica, económica, social e cultural -, procuramos contribuir para uma visão o mais possível integrada de cada momento histórico em função do tema de investigação e contextos influenciadores de uma teoria da Crise aplicada a casos da História de Portugal.

**Doutoramento em Políticas de Administração
e Gestão Escolar**

Painel 1

Bruno César Pereira Ferreira

Implementação de políticas educativas para a transição digital

Orientação: João Sebastião (Iscte)

Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A presente investigação pretende estudar as políticas públicas educativas para a transição digital, do seu processo, com especial destaque para a etapa da implementação, compreendendo para a análise o período entre 2005 e 2023.

Com vista ao estudo das políticas educativas relacionadas com a transição digital, implementadas por três agrupamentos de escolas, realiza-se análise documental. Para conhecer as perspetivas das lideranças acerca de como foram recebidas e implementadas essas políticas, realizam-se entrevistas.

Para compreender e produzir teoria acerca do processo de políticas públicas educativas, assumindo que problemas e soluções resultam de acordos e negociações plurais, o enfoque principal orientou-se para a identificação das causas e dos problemas sociais que originaram as políticas, para os seus efeitos e para os contextos organizacionais em que ocorreram. Deste modo, os objetivos definidos para a investigação foram os seguintes:

- I. Identificar os traços centrais das políticas educativas relacionadas com a transição digital implementadas no período compreendido entre 2005 e 2023.
- II. Identificar estratégias e orientações locais na implementação das políticas educativas relacionadas com a transição digital por três agrupamentos de escolas no período compreendido entre 2005 e 2023.
- III. Conhecer as perspetivas das lideranças dos três agrupamentos de escolas de como foram recebidas e implementadas essas políticas no ano letivo 2022-2023.

Lino Uhengue

Liderança, Ensino e Aprendizagem em Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário em Benguela

Orientação: Domingos Fernandes (Iscte)
Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Nas instituições escolares e não só, a liderança assume um papel fundamental sendo apontada como uma das chaves para a mudança dos sistemas educativos e para melhoria do ensino e das aprendizagens.

O propósito desta investigação é estudar com profundidade as lideranças escolares, caracterizá-las e relacioná-las com o ensino e as aprendizagens dos alunos.

É urgente e faz sentido este estudo no contexto angolano e benguelense, porque como professor constatei que as nossas lideranças escolares estão mais centradas na figura do diretor e no aspeto administrativo do que no pedagógico. Apesar de encontramos um universo de literatura sobre a liderança nas organizações escolares a nível internacional, em Angola poucos estudos fazem-se sobre o tema em causa, como defende uns dos poucos trabalhos encontrados: “ainda não se faz estudo do tipo de liderança predominante nas escolas de formação de professores em Angola” (Cangue, 2018:20). Nem tão pouco se questiona os efeitos da liderança sobre a eficácia e a melhoria das escolas.

Para alcançarmos o objetivo principal, faremos um estudo de caso múltiplo usando uma metodologia qualitativa, construindo assim, como instrumento de recolha de dados, um inquérito por entrevista, destinado a diretores, professores e coordenadores de disciplinas, pais e alunos de cada uma das escolas em contexto de grupos focados.

Francisco José Lázaro

Avaliação das Instituições de Ensino Superior em Angola: das propostas legislativas às práticas em curso

Orientação: Domingos Fernandes (Iscte)
Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A investigação centra-se no domínio das políticas públicas sobre avaliação das instituições de ensino superior, num cenário onde são mobilizados teóricos de relevância tendo em vista estudar práticas de avaliação institucional do Ensino Superior em Angola, confrontando-as com a legislação em vigor. O estado da arte revela que existe lacunas sobre esta temática, tendo em conta a escassez e ausência de estudos acerca desta matéria no contexto da educação angolana. Razão pelo qual considera-se um estudo actual e pertinente. Dentre os escassos estudos, destacam os de Silva (2012; 2014; 2015; 2016); Mendes (2013); Sebastião (2019), o que ressalta a necessidade das Instituições de Ensino Superior desenvolverem um sistema de avaliação institucional, como forma de contribuir para garantir a qualidade dos processos e produtos inerentes às suas actividades, o sistema de avaliação das IES em Angola encontra-se em fase inicial de estruturação, no qual o estado emerge como avaliador. A questão central da investigação é a de estudar em profundidade, por um lado, a legislação atual no domínio da avaliação das instituições do ensino superior e, por outro, as atuais práticas da avaliação destas instituições, identificando eventuais discrepâncias, constrangimentos e dificuldades que possam interferir com a sua efectiva concretização. Metodologicamente, a pesquisa adoptada é tipo transversal e a estratégia metodológica adoptada é a dos Mixed methods. Estamos fazendo recurso o MaxQda e SPSS. A análise de dados consisti em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com os outros derivados da teoria.

**Doutoramento em Políticas de Administração
e Gestão Escolar**

Painel 2

João Daniel Fonseca Faustino

Parcerias Público-privado na Educação em Portugal

Orientação: Luís Capucha (Iscte)

Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O desenvolvimento da Educação em Portugal pós 25 de abril, trouxe a necessidade de recorrer a parcerias público-privado para suprir a carência da rede pública. Nos últimos 40 anos, as políticas adotadas no contexto socioeconómico, trouxeram novos desafios que procuramos estudar no âmbito do programa doutoral. A recolha e tratamento da informação foi feita recorrendo à análise de documentos e textos, à análise orçamental, estatísticas e entrevistas, permitindo perceber o desenvolvimento das parcerias público-privado na Educação, os seus avanços e recuos, face às políticas públicas no contexto socioeconómico português. Compilámos, ainda, a legislação sobre as políticas públicas para o Ensino Particular e Cooperativo em Portugal, que criam, regulamentam e alteram as parcerias público-privado, contratos de associação e contratos de patrocínio. Tal permitiu construir uma linha do tempo dos últimos quarenta anos. Pretende-se com esta comunicação, apresentar esta linha do tempo que situa cada uma das peças legislativas no contexto político, social e económico. Juntámos a essa linha do tempo cinco indicadores estatísticos: despesas públicas com educação; número de alunos a frequentar o ensino público; e número de alunos a frequentar o Ensino Particular e Cooperativo, valor dos contratos de associação e contratos de patrocínio, que nos permite ter uma visão mais clara sobre esta problemática. Para compreender os objetivos das políticas públicas e a avaliação do Estado, em particular dos Governos que tomaram a decisão política, apresentamos ainda os resultados preliminares de entrevistas já realizadas a alguns decisores políticos, antigos ministros e secretários de estado da Educação.

Ana Gil

Liderança de Escola, Práticas Pedagógicas e Resultados Escolares – Retrato de um Agrupamento Português

Orientação: Domingos Fernandes (Iscte)
Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O presente trabalho centra-se na discussão do papel da liderança, unipessoal ou coletiva, formal ou emergente, para o cabal cumprimento do papel da escola na vida dos seus alunos e, muito em particular, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas conducentes a resultados escolares, académicos e sociais. Segundo Young (1994) a função da escola consubstancia-se na transmissão de “conhecimento poderoso”, em que se “podem capacitar jovens a adquirir o (...) que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou na sua comunidade” (2007, p. 1294).

Em concreto, perspetiva-se com a presente investigação, a qual se encontra em fase de recolha de dados:

1. Compreender de que forma uma liderança escolar concebe, implementa e espelha a sua prática orientada para as aprendizagens dos alunos.

Considera-se o regime de administração e gestão escolar em vigor, assim como as dimensões de uma liderança pedagógica, de acordo com a perspetiva de Botia, Rodríguez e Garcia-Guarnica (2017). Prevê-se, assim, espelhar e analisar a prática de liderança escolar dominante, bem como verificar quais os seus meios de comunicação.

2. Caracterizar as práticas pedagógicas numa entidade escolar portuguesa seleccionada.

Pretende observar-se e compreender a concertação inter e transdisciplinar ao nível da planificação e gestão de currículo, dos métodos de ensino, dos critérios, técnicas e a participação dos alunos e as dinâmicas de sala de aula, em função da gestão dos seus recursos físicos, materiais e humanos.

3. Verificar de que formas as práticas de liderança se relacionam com as aprendizagens escolares.

Cândido Fernandes

Cursos Artísticos Especializados: harmonia percebida sobre matrizes curriculares-base

Orientação: Luísa Velo (Iscte)
Doutoramento em Políticas de Administração e Gestão Escolar
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O ensino artístico especializado tem sido objeto de reflexões pontuais por parte dos agentes políticos e governamentais. Desde a publicação do Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de julho, que visava a estruturação do ensino das várias artes — música, dança, teatro e cinema — que se observa um conjunto de medidas indutoras de uma cultural organizativa e estrutural deste ensino, nomeadamente, para o aumento do número de alunos e do número de escolas da especialidade, fundamentalmente de ensino particular e cooperativo. Porém, o crescimento da rede de oferta de ensino artístico especializado não foi acompanhado pela normalização de conteúdos programáticos, pela introdução de mecanismos de regulação do sistema, ou de promoção de instrumentos de monitorização. A ausência de dados apontada por investigações diversas e percebida pelos organismos do Ministério da Educação conduzem-nos a direções de investigação circunscritas e limitadas. Se, porventura, faria sentido nos dias que correm realizarmos uma projeção futura de todo o ensino artístico especializado, dada a sua natureza histórica e evolução e expansão nos últimos anos, o mesmo não será realista pela incapacidade demonstrada na bibliografia técnica em congregar os diferentes dados. Assim, estando privados de uma análise profunda de dados existentes, obrigamo-nos a trabalhar numa proposta de recolha de dados que nos permita, posteriormente, desenvolver as análises e relações possíveis. Nesta comunicação pretendemos estabelecer um retrato dos cursos artísticos especializados nas áreas artísticas das artes visuais, da dança, da música e do teatro, nomeadamente quanto à harmonização percebida sobre níveis de qualificação, matrizes curriculares-base e respetivas cargas horárias.

Doutoramento em Políticas Públicas

Painel 1

Francisco Armando Bilima Té

A Instabilidade Política na Guiné-Bissau e as Políticas Educativas de Acesso à Escolaridade Obrigatória, 1980-2015

Orientação: Susana da Cruz Martins (Iscte)
Doutoramento em Políticas Públicas
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A presente tese de Doutoramento em Políticas Públicas visa analisar a forma como a dinâmica política (instabilidade e consolidação do Estado) se articula com os fatores culturais, religiosos e económicos e modo como estas duas dimensões se conjugam com a definição e a implementação da política relativa à escolaridade obrigatória.

Foi analisado o percurso histórico do Estado guineense, realizando estudos que pressuponham as análises de fatores que impossibilitam o desenvolvimento do sistema educativo entre 1980-2015.

A hipótese central da investigação e que se pretende explicar são os constrangimentos dos sistemas educativos devido as carências geradas pelas cíclicas instabilidades, provocando a debilidade das instituições e desestruturação do Estado com consequências em domínios sociais e económicos.

Foram recolhidos e analisados dados com base nas pesquisas documentais e empíricas – entrevistas semiestruturadas. Na estratégia metodológica para analisar o problema em estudo, teve-se em conta uma abordagem qualitativa e quantitativa.

Foram analisadas as entrevistas com base na técnica de *análise de conteúdo*, orientando os *procedimentos para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências* (Bardin, 2009:6).

Igualmente foi analisado os resultados das entrevistas mediante a discriminação de três dimensões que constituem a problemática de investigação.

Assim, *os dados que apresentam sugerem* que os padrões de política educacional tendem a mudar à medida que os governos continuarem, também eles, a variar. Dadas as flutuações políticas em curso no país, parece que as constantes mudanças políticas se tornaram um elemento permanente do panorama da educação, criando volatilidade e impossibilitando projetos efetivos de serem concretizados por falta de continuidade.

Anabela Rodrigues Alves

Políticas Públicas de Capacitação: O Caso do Programa de Bolsas de Estudo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, em Timor-Leste.

Orientação: Sérgio Caramelo (Iscte)
Doutoramento em Políticas Públicas
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), é um Fundo Especial criado em 2011, através da aprovação da Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011, de acordo com o previsto no artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro (LOGF), na sequência da elaboração, pelo Governo, de um plano de desenvolvimento do capital humano, que envolve um esforço de investimento público em programas plurianuais de formação e desenvolvimento dos recursos humanos de Timor-Leste, para responder às necessidades do país.

A regulamentação do FDCH surge através do Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de março, que viria a ser alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2015, de 3 de junho. O diploma veio finalmente a ser revogado pelo artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 13/2020, de 15 de abril, que consagra o Regulamento do FDCH atualmente em vigor.

O FDCH destina-se a financiar programas e projetos plurianuais de formação e desenvolvimento dos recursos humanos, nomeadamente programas destinados a aumentar a formação dos profissionais timorenses em sectores estratégicos de desenvolvimento tais como a justiça, saúde, educação, infraestruturas, agricultura, turismo, gestão petrolífera e gestão financeira, entre outros, e visa contribuir para melhorar o planeamento, gestão e execução dos projetos e assegurar a transparência dos gastos públicos relacionados com a formação e desenvolvimento dos recursos humanos.

Elisabete da Conceição Martins Fialho

Avaliação de estilos de liderança na Administração Pública portuguesa: Contributos para a definição de políticas públicas de recrutamento e de desenvolvimento de líderes.

Orientação: Maria José Sousa (Iscte) e Ana Moreira (ISPA)
Doutoramento em Políticas Públicas
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O estudo que se propõe apresentar pretende inserir alguns líderes da administração pública central portuguesa numa tipologia de liderança, utilizando o modelo FRL (Full Range Leadership), para melhor perceber o processo da efetividade da liderança (Bass & Avolio, 1994). Para isso, responderam a um inquérito onde identificaram as suas características para, posteriormente, serem inseridos numa tipologia de liderança, através da escala MLQ (Multifactor Leadership Questionnaire). Foi também efetuado um estudo da perceção do impacto das políticas públicas em matéria de recrutamento, formação e avaliação dos dirigentes. Igualmente aferido através de inquérito de elaboração própria. E por fim, foi analisada a relação entre os estilos de liderança predominantes e a perceção de políticas públicas.

Para isto, foram formuladas as seguintes hipóteses: (1) A perceção da liderança dos dirigentes difere significativamente da perceção dos liderados; (2) A perceção da liderança dos detentores de cargos de chefia intermédia difere da perceção dos detentores de cargos de chefia superior; (3) A perceção da liderança difere consoante a área do organismo onde se insere; (4) A perceção da aplicação das políticas públicas difere significativamente dos líderes para os liderados; (5) A perceção da aplicação das políticas públicas difere consoante a área do organismo onde se insere; (6) O estilo de liderança tem associação significativa e positiva com a perceção de a implementação de políticas públicas.

A amostra deste estudo é composta por 422 participantes, trabalhadores na Administração Pública Central do Estado. Os resultados indicam que a perceção do estilo de liderança difere significativamente entre líderes e liderados. Em relação a ocupar uma posição de chefia superior ou intermédia, existem diferenças significativas apenas em relação à perceção da liderança transformacional. Sobre a organização onde trabalham, foram encontradas diferenças significativas na perceção de liderança transformacional e na liderança por gestão passiva. Em relação às hipóteses 4, 5 e 6, estatisticamente, apenas encontramos diferenças significativas quanto à perceção de uma avaliação justa.

Espera-se que este estudo contribua para identificar tipos de liderança na administração pública na atualidade. Assim como, através da análise das políticas públicas existentes, contribuir para a formulação de novas políticas públicas em liderança, melhor adaptadas á realidade e necessidades dos líderes.

Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa

Instrumentos de avaliação da implementação das políticas públicas de segurança e saúde no trabalho em Portugal

Orientação: David Ferraz (Iscte)
Doutoramento em Políticas Públicas
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

As políticas de segurança e saúde no trabalho alicerçam-se em referenciais normativos de entidades supranacionais, nomeadamente no âmbito da OIT e da EU e concretizam-se em ordenamentos jurídicos, que impõem aos empregadores determinadas obrigações legais, de modo a que estes desenvolvam ações concretas tendentes à adequada gestão dos riscos que os trabalhadores enfrentam no desempenho das suas funções e que têm como objetivo último a prevenção de acidentes de trabalho e de doenças relacionadas com o trabalho.

A este nível, em particular a EU, a par de instrumentos normativos específicos nesta matéria, tem vindo a aprovar estratégias plurianuais com vista à redução das taxas de sinistralidade e do número de doenças laborais nos Estados-membros, as quais são objeto de concretização por cada Estado-membro em função da sua situação sócio laboral específica.

Apesar disso, desde há várias décadas que o nosso país tem vindo a apresentar elevados índices de sinistralidade laboral, em particular a mortal, superiores aos da maioria dos Estados-membros.

A presente investigação tem como objetivo contribuir para o estudo das causas da sinistralidade, analisando as medidas que têm vindo a ser desenhadas e implementadas ao nível das políticas públicas relativas à segurança e saúde no trabalho, de modo a combater o fenómeno da elevada sinistralidade laboral verificada.

Este é o ponto de partida do trabalho de investigação iniciado e pretende-se com a presente apresentação analisar alguns dos instrumentos de avaliação que têm vindo a ser usados para avaliar a implementação das referidas políticas públicas.

Doutoramento em Serviço Social

Painel 1

Nívia Barreto dos Anjos

Título da comunicação: A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais: A realidade de Portuga

Orientação: Maria Inês Amaro (Iscte) e Adriana Freire P. Ferriz (UFBA)
Doutoramento em Serviço Social
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais visando identificar a sua inserção no ensino/aprendizagem nos cursos de licenciatura em Serviço Social em Portugal. A pergunta de partida é: Como a presença da dimensão política do Serviço Social na formação de assistentes sociais tem sido inserida no ensino/aprendizagem nas universidades públicas e equiparadas de Portugal? Convém registrar que será apresentado o resultado de uma pesquisa situada no presente (2022-2023) utilizando Métodos Mistos. O levantamento de dados baseou-se nas técnicas de pesquisa documental, de observação e de entrevista em três etapas. Em uma primeira fase, foi realizada a análise dos programas curriculares das 07 universidades, tendo como base as categorias teóricas essenciais da formação de Assistentes Sociais, de acordo com quatro estudiosos da área: 1. Jim Ife: Pós-modernismo, Prática Anticolonialista, Pessoal e o político; 2. J. Gal e I. Weiss-Gal: Prática Política, Mudança Social, Envolvimento da Política; 3. Graça André: Dignidade Humana, Autodeterminação, Justiça Social. Em seguida, uma universidade portuguesa foi o local de recolha dos dados empíricos (estudo de caso) das segunda e terceira etapas: observação em sala de aula das unidades curriculares relacionadas a dimensão política da profissão e entrevista aos estudantes e professores, como também ao diretor do curso. O tratamento dos dados foi realizado a partir da técnica de análise de conteúdo. A relevância do estudo baseia-se na importância de conhecer como a formação do assistente social tem inserido a dimensão política do Serviço Social.

Daniela Oliveira Duarte Freitas

Intervenção Comunitária e Sustentabilidade

Orientação: Helena Belchior-Rocha (Iscte)
Doutoramento em Serviço Social
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A crise ambiental impacta na realidade social, acentuando a necessidade de um conjunto de ações a nível macro, meso na promoção de desenvolvimento sustentável, sobretudo que essas se interliguem na dimensão micro, por meio da intervenção comunitária, inter-regional e intergeracional. Alguns passos importantes têm sido dados no Serviço Social Ecológico, de modo a incutir uma consciência ambiental e de promoção de sustentabilidade nas formulações teóricas, modelos de intervenção e prática profissional (Molyneux, 2010; Belchior-Rocha, 2016, 2018, 2022, Rambaree, 2020). Acreditamos que é a nível comunitário que deve ser potenciada a participação e a co-construção de estratégias compatíveis com a promoção de sustentabilidade, tornando a intervenção verdadeiramente transformadora da realidade social e, por isso, o fito da presente investigação doutoral passa pela identificação e sistematização de dimensões de sustentabilidade presentes em práticas de intervenção comunitárias em Portugal. Para concretização deste objetivo, realizou-se uma pesquisa documental e análise qualitativa de 246 projetos comunitários desenvolvidos desde 2021 em Portugal continental.

Após codificação e análise dos dados foi possível identificar cinco áreas de intervenção (Social, Ambiental, Económica, Saúde e Urbanística), bem como os principais objetivos, ações e destinatários de cada área. A concretização deste estudo contribui para a reflexão sobre o tema no Serviço Social Ecológico, sendo esta uma área de conhecimento e prática profissional que intervém com e para os cidadãos, na promoção de sociedades mais justas e sustentáveis, através da mudança e transformação da realidade social, onde os principais atores sociais são as próprias comunidades e seus cidadãos (Lee, 2001; Dominelli, 2010).

Doutoramento em Sociologia

Painel 1

Bruno Baptista

A constituição de um mundo da arte do jazz em Portugal: preâmbulos e contexto contemporâneo

Orientação: Jorge Vieira (Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O presente artigo tem como objetivo traçar uma análise diacrónica e sincrónica do recente processo de consolidação de um mundo da arte do jazz em Portugal. Para ilustrar tal processo, as suas dinâmicas e fragilidades, serão analisadas as principais transformações no mundo da arte e nos contextos dos seus agentes, a partir das representações de 45 músicos a quem foram aplicadas entrevistas semidiretivas. Depois de uma breve análise do percurso sociohistórico que antecedeu o panorama contemporâneo, veremos como se evoluíram a legitimação e o reconhecimento do jazz em território nacional, a importância que assumiram os pluripapéis dos músicos na manutenção do mundo da arte, as alterações dos papéis dos restantes agentes, as estéticas e estilos musicais predominantes e a desigual distribuição do jazz pelo território português.

Telma Talina Mendes

Música digitalmente mediada: novas formas de consumo e divisões sociais

Orientação: Jorge Vieira (Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

A disrupção dos modelos tradicionais da indústria musical e a sua gradual transição para o modelo tecnológico conduziu a inúmeras mudanças na maneira como se consome, produz e partilha música. Com a utilização cada vez mais acentuada de plataformas online para consumir música (segundo os dados que a ANACOM e o INE têm apresentado em relação aos mais recentes anos), a fluidez entre indivíduo e tecnologia veio trazer novas dinâmicas nas práticas específicas desse consumo. A presente pesquisa tem como objetivo compreender de que forma a utilização da internet e das suas aplicações práticas tem sido incorporada no consumo cultural, com um foco específico no consumo musical. É também pretendido apresentar as várias polarizações encontradas nestas novas práticas online – de género, de faixa etária ou de classe – assim como, explorar as implicações que estas diferentes segmentações podem ter e de que forma se manifestam, tentando perceber motivos para a sua existência. Para o fazer, serão apresentados dados retirados do Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses de 2020, que conta com uma amostra representativa da população portuguesa com 15 ou mais anos. Será utilizado o modelo ACM na sua mais atual operacionalização, segundo Costa e Mauritti (2018), para realizar a divisão de classes socioprofissionais presentes em Portugal. Em suma, esta apresentação propõe-se a discutir novas formas de consumo cultural, em particular aquelas nas quais estão envolvidas práticas musicais online, e as divisões que se criam e que se vão criando graças a estes recentes fenómenos sociais.

Andreia Nunes

Contando o Género... Desafios de um olhar sociológico e de género sobre a literatura infantil contemporânea

Orientação: Sandra Saleiro (Iscte) e Ana Margarida Ramos (U. Aveiro)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Quem conta um conto, conta o género. A autoria, o título, as personagens - como são caracterizadas, como se relacionam, onde surgem representadas e junto de que objetos - são exemplos de elementos imbuídos de género e em específico, de estereótipos de género, i.e., as crenças partilhadas sobre quem são/devem ser e o que fazem/devem fazer homens e mulheres, e que permeiam qualquer livro, seja qual for a sua temática, seja uma história de humanos, de animais, de fadas, ou outras que tais.

O cimentar da Literatura infantil no nosso país tem sido marcado por vários momentos e acontecimentos, onde se destacam iniciativas de políticas públicas como o Plano Nacional de Leitura 2027 (Ramos, 2019) que semestralmente publica uma Listagem de Livros Recomendados, um carimbo de qualidade impresso no livro com o selo “Ler+”, e com impacto no momento da escolha de uma obra, pela família, pela escola, pela comunidade livreira, pelo público em geral (Nunes, 2017).

Os livros recomendados pelo PNL nos últimos dez anos são objeto de estudo da presente investigação - um olhar sociológico e de género sobre a oferta de literatura infantil contemporânea. A autora pretende dar conta do desenvolvimento da sua investigação, nomeadamente dos desafios metodológicos que têm surgido na análise quantitativa e qualitativa do conteúdo de um objeto tão plural e rico.

O livro infantil é um dos mais importantes aliados não só para espelhar a nossa realidade, mas também para espreitar outras realidades, potenciando o respeito pela igualdade/diversidade de género (Saleiro, 2017).

Mariana Oliveira Martins

Planos Locais de Leitura e Ecossistemas do Livro

Orientação: José Soares Neves (Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Tendo em vista que as práticas de leitura se prolongam ao longo de toda a vida e devem ser, para além do contexto escolar, suportadas pelo contexto social e comunitário (Azevedo, 2021) e que a criação de hábitos de leitura impõe, cada vez mais, a implicação e a complementaridade de toda a comunidade, de diversos setores, bem como dos mais diversos agentes institucionais e sociais, a nível estatal, supramunicipal e concelhio, foi criado o Plano Local de Leitura (PLL), instrumento estratégico do Plano Nacional de Leitura que operacionaliza a nível municipal uma política integrada de promoção das competências e das práticas de leitura e literacia. A presente comunicação, que faz parte de um trabalho de investigação que visa analisar políticas públicas locais para o livro e a leitura, tendo como núcleo de análise as ações, as estratégias e as práticas de agentes na elaboração e na implementação dessas políticas, através da análise de ecossistemas locais do livro, pretende analisar e apresentar as diretrizes do PLL, a fim de entender de que forma este instrumento pode ser fundamental para a manutenção de ecossistemas de leitura e do livro a nível local. O estudo ancora-se na sociologia da cultura, mais especificamente na problemática que tem como tema a circulação e o consumo de livros (Thompson, 2013; Dujovne, 2018) e a promoção da leitura (Neves, Lima e Borges, 2007; Neves e Lima, 2009).

Doutoramento em Sociologia

Painel 2

Sara Franco da Silva

Monitorizar o trabalho digno e as desigualdades sociais na União Europeia

Orientação: Rosário Mauritti (Iscte)

Doutoramento em Sociologia

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Um dos traços que caracteriza o mercado de trabalho na era global é a polarização entre uma pequena elite de “ganhadores” e uma massa crescente de trabalhadores periféricos, os “perdedores” (Kovács, 2016). No que refere aos impactos das mudanças tecnológicas e digitais, alguns estudos estimam a destruição maciça do emprego humano e a deterioração crescente das condições de trabalho (Harari, 2018). A Agenda do Trabalho Digno proposta pela OIT como pilar para uma globalização justa (OIT, 2008) procura, precisamente, produzir contributos de reflexão e atuação política de combate a tais processos e experiências de desregulamentação das relações laborais e de perda de direitos sociais. A defesa da dignidade do trabalho procura mitigar situações de exclusão e de vulnerabilidade social – desemprego/subemprego, trabalho mal remunerado, sem perspetivas de desenvolvimento pessoal/profissional, sem proteção social, desfasado da vida familiar, pautado pela baixa capacidade de representação dos trabalhadores. No quadro desta problemática, este estudo propõe a construção de um sistema de indicadores de monitorização das diferentes dimensões de trabalho digno, com potencial de aplicação em diversos contextos e escalas de atuação. Foca-se a comparação entre os países da UE, considerando indicadores de caracterização das condições objetivas e subjetivas de trabalho digno. Como fonte empírica, utilizam-se bases de microdados do European Working Conditions Survey (EWCS, Eurofound), referentes aos anos de 2015 e 2021. A análise aprofunda as interseções plurais entre experiências e perceções de trabalho digno em diferentes contextos (setores de atividade; países), com vetores de desigualdades categoriais (sexo; grupo etário) e distributivas (educação; profissão exercida).

Jéssica Chainho Pereira

Associativismo e desenvolvimento local: o lugar do associativismo popular português

Orientação: Nuno Nunes (Iscte) e Patrícia Ávila (Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

De que modo as associações populares contribuem para o desenvolvimento local? Continuam a desempenhar uma função preponderante na socialização individual e coletiva e na construção dos lugares? Adaptaram-se às mudanças sociais, económicas e culturais, locais, nacionais e globais? E de que forma a origem social e os trajetos de vida dos dirigentes influenciaram (e influenciam) o seu envolvimento associativo, as associações e a relação destas com a sociedade? O presente projeto analisa o contributo do associativismo voluntário popular para o processo de desenvolvimento dos territórios e das comunidades, a partir de um estudo comparativo dos concelhos do Barreiro e de Loures, entre 1960-2021. Mobilizando as teorias da ação coletiva e do desenvolvimento, pretende-se estudar as dinâmicas de ação coletiva associativa portuguesa, através de um duplo enfoque: (i) a escala mesossocial e as associações; (ii) a escala microssocial e os dirigentes associativos. Na presente comunicação a autora exporá os mais recentes desenvolvimentos da sua investigação, nomeadamente, a partir da discussão sobre o estado da arte e de uma análise preliminar dos dados empíricos obtidos, sobre as organizações analisadas, os dirigentes e os territórios em que atuam.

João Henriques

Coesão Social na União Europeia e Desigualdades Sociais

Orientação: Nuno Nunes (Iscte) e Maria do Carmo Botelho (Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Pretende-se apresentar os resultados preliminares de uma tese de doutoramento, cujo principal objetivo é avaliar o nível de coesão social europeia (CSE), a partir da perspectiva dos cidadãos da União Europeia (UE). Com base nos debates teóricos contemporâneos sobre coesão social, e através duma metodologia quantitativa, com dados do inquérito Eurobarómetro de 2019, a CSE é operacionalizada em oito indicadores representativos de três dimensões: relações horizontais (cidadão-cidadão), relações verticais (cidadão-instituições europeias), e práticas transnacionais individuais (viajar, viver, estudar, trabalhar noutro país da UE, entre outros). Para compreender possíveis factores de CSE, são testadas as relações entre dimensões de CSE e a estrutura de desigualdades, o bem-estar, a coesão social nacional, os valores, e as representações da UE.

Apesar de todos os factores apresentarem relação com as três dimensões da CSE, os resultados apontam para que a estrutura de desigualdades tenha maior relação com aspectos objectivos, as práticas transnacionais. Os restantes factores têm uma maior relação com aspectos subjectivos, tais como a aceitação e o reconhecimento de outros cidadãos da UE puderem viver e trabalhar noutros países da UE, e no grau de confiança e legitimidade nas instituições europeias. Os resultados demonstram robustez substantiva e empírica, no sentido em que são transversais a três níveis de análise, transnacional, entre países, e dentro dos países.

Inês Filipa General Trindade

Representações sociais sobre o nascimento: o parto no domicílio – alguns resultados preliminares

Orientação: Mário JDS Santos (Iscte) e Sónia Pintassilgo (Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Na presente comunicação a autora apresenta alguns resultados preliminares sobre a sua Tese de Doutoramento acerca das representações sociais do nascimento e do parto, especificando o parto em casa.

Este estudo pretende contribuir para o conhecimento científico em torno dos estudos sociais sobre o nascimento em Portugal e para a sua devida disseminação, através de uma análise sobre as representações sociais acerca do nascimento enquanto processo que considera diferentes momentos e fases, como a gravidez, o parto e o pós-parto, especificando o contexto do parto em casa. Para tal, estão a ser entrevistadas, por um lado, mulheres que já experienciaram este conjunto de momentos e, por outro lado, mulheres que ainda não foram mães, mas que planeiam a opção pelo parto no domicílio. Nesse sentido, apresentam-se alguns resultados iniciais decorrentes da análise das entrevistas já realizadas e transcritas: um esboço inicial do desenho do dessas representações, especificando a análise à dimensão do parto, nomeadamente o parto no domicílio. Apresenta-se ainda uma análise à configuração do hiato que se revela entre as representações sociais das mulheres sobre o nascimento e as suas práticas sociais.

Carlos Santana

Os clubes desportivos e a integração social dos jovens: o caso do andebol

Orientação: Fernando Luís Machado (Iscte)
Doutoramento em Sociologia
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

O desporto alcançou uma relevância social indiscutível no decurso do século XX, e hoje entra-nos todos os dias pela casa adentro, basta ligar a televisão num qualquer canal, sem necessidade de que este seja dedicado ou especializado em desporto. Esta realidade é constatada, em particular, quando se fala de futebol. Sendo este hegemónico, confunde-se com o próprio desporto.

O discurso à volta da relevância do desporto enquanto meio socializador que favorece a integração social, em particular dos mais jovens, é algo que podemos constatar em diversos contextos. Consideramos, assim, importante perceber se efetivamente este favorece a integração social dos jovens, especialmente dos que pertencem a estratos sociais desfavorecidos, e de que forma as instituições que promovem a atividade desportiva, com destaque para os clubes, desenvolvem estratégias que visam a integração desses jovens.

Queremos também perceber como essas estratégias se articulam com políticas públicas de apoio ao desporto, desenhadas a nível do Estado Central e Local.

Para que a integração social, catalisada pelo desporto, possa ocorrer, é necessário que diversas instituições trabalhem em rede e tenham nos clubes os principais polos de dinamização de estratégias que visem alcançar este objetivo. São os clubes que estão próximos dos indivíduos.

São eles que são suficientemente capilares para estarem por todo o lado.

As evidências empíricas confirmam o que é aceite como uma espécie de axioma social, ou será que o desporto contribui mais para a reprodução social do que para a integração? Será que o desporto apenas ajuda a integrar os que já estão integrados?